

# As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer

## CITIES AND THE ACCESS TO LEISURE SPACES AND EQUIPMENTS

**Resumo** O presente estudo aborda os novos problemas colocados no acesso aos espaços e equipamentos de lazer, localizados nos grandes centros urbanos, a partir do rearranjo desses locais, do deslocamento da concentração de equipamentos do centro para as áreas nobres das cidades e da centralização nas cidades-sede em relação às periféricas. Reflete sobre as implicações para a elaboração de políticas públicas setoriais de lazer.

**Palavras-chave** LAZER – CIDADE – ESPAÇO – EQUIPAMENTO – POLÍTICA PÚBLICA.

**Abstract** The present study approaches the new problems placed in the access to leisure spaces and equipments, located in the great urban centers, from the rearrangement of these spaces, the displacement of the equipment concentration of the center to the noble areas of the cities, and the centralization in the city-headquarters in relation to the peripheral cities. It also reflects on the implications for the elaboration of leisure sectorial policies.

**Keywords** LEISURE – CITY – SPACE – EQUIPMENT – PUBLIC POLICY.

**NELSON CARVALHO  
MARCELLINO**

Universidade Metodista  
de Piracicaba (UNIMEP)  
ncmarcel@unimep.br

**FELIPE SOLIGO  
BARBOSA**

Universidade Metodista de  
Piracicaba (UNIMEP)  
lipbarbosa@uol.com.br

**STÉPHANIE  
HELENA MARIANO**

Universidade Metodista de  
Piracicaba (UNIMEP)  
stemariano@gmail.com

## INTRODUÇÃO

**E**spaço e equipamentos são componentes dinâmicos de uma política pública de lazer e estão em constante transformação. Hoje em dia, nas grandes cidades, vivendo o dilema entre o ser e o ter, as pessoas, sobretudo os jovens, estão optando por viver o estar. E, se isso for considerado em termos do espaço, o trajeto é o lugar e o tempo da noite é o principal local do lazer, que já começa na “*pré-night*”, no posto de gasolina, com o fenômeno do nomadismo, que esvazia equipamentos a partir do toque de um celular, chamando para a “boa” do outro lado da cidade.<sup>1</sup> Por outro lado, os equipamentos não podem ser vistos apenas da única perspectiva de centros de consumo, como muitas vezes acontece com os *shoppings centers*,<sup>2</sup> mas nas suas múltiplas possibilidades de significados atribuídos pela população. E é impossível negar a importância do tema, quando se trata do lazer, pois, se as duas circunstâncias que caracterizam essa manifestação humana são as de tempo e atitude, elas supõem a existência de um espaço real ou virtual. Embora reconheçamos o grande vulto que vem ganhando o espaço virtual, ficaremos restritos, neste texto, à relação entre lazer e espaço urbano. Porém, a dimensão que o espaço toma aqui é ainda maior, porque se trata do acesso a ele, e ligado à política urbana.

O lazer é entendido aqui “como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”.<sup>3</sup> A noção de *cultura* deve ser entendida em sua acepção ampla, consistindo “num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve”.<sup>4</sup> Implica, assim, o reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao produto da atividade humana, mas deve considerar também “o processo dessa produção – o modo como esse produto é socialmente elaborado”.<sup>5</sup>

### O LAZER E O ESPAÇO URBANO

Os estudos do lazer, no mundo ocidental moderno, nascem e ganham impulso com o processo de urbanização. O lazer, como o conhecemos nos dias de hoje, é uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades, porém, ultrapassa suas *fronteiras*, uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas particularidades, por meio da mídia, a outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas.

<sup>1</sup> ALMEIDA & TRACY, 2003.

<sup>2</sup> PADILHA, 2003.

<sup>3</sup> MARCELLINO, 2004, p. 31.

<sup>4</sup> MACEDO, 1982, p. 35.

<sup>5</sup> *Ibid.*

Uma análise de situação, da questão do espaço e dos equipamentos de lazer, põe em destaque algumas características indesejáveis, quando se pensa em termos de democratização, um dos valores centrais, ao lado da participação popular, na concepção de políticas de lazer, que vêm orientando os trabalhos de políticas públicas mais progressistas.<sup>6</sup>

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada na esfera da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano.

Se procedermos à relação lazer/espaço urbano, verificaremos uma série de descompassos, derivados da natureza do crescimento das nossas cidades relativamente recente, e caracterizado pela aceleração e pelo imediatismo. O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infra-estrutura adequada, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado, as áreas centrais, ou os chamados pólos nobres, concentradores de benefícios e, de outro, a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações. Mesmo quando nesses espaços estão localizados equipamentos como shopping centers, a população local geralmente não tem acesso privilegiado a eles. Constata-se, particularmente, a centralização de equipamentos específicos (teatros, cinemas, bibliotecas etc.)<sup>7</sup> ou a sua localização em áreas para públicos segmentados, o ar de *santuário* de

que ainda se reveste um bom número deles e as dificuldades para a utilização de equipamentos não específicos – o próprio lar, bares, escolas etc.

Essa situação é agravada sobretudo se considerarmos que as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos – justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para as quais o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, encontramos cada vez menos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea ou que sirvam de pontos de encontro de comunidades locais.

Assim, aos espaços destinados ao lazer pouco restou. O lazer também passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria. “Há muito a cidade deixou de ser basicamente um espaço público, neutro, sem querer chamar a atenção. A própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas.”<sup>8</sup> É preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer, antes que empresas os transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas.

Se o lazer é colocado pela sociedade capitalista como um momento de consumo, o espaço para ele também é visto como um espaço para o consumo. “A constituição dos núcleos é primordialmente assentada em interesses econômicos. Foram e são concebidos como locais de produção, ou de consumo.”<sup>9</sup> Dessa forma, também os equipamentos de lazer, os espaços de convívio seguem uma tendência à privatização, incluindo aí as áreas verdes, que, como o próprio lazer, passam a ser mercadorias. Da nossa parte, somos partidários da opinião de que a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

<sup>6</sup> MARCELLINO, 2001.

<sup>7</sup> REQUIXA (1980) enfatiza a necessidade de integração, numa política de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e, de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Como equipamento não específico entendem-se os que, em sua origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. O autor coloca que atualmente os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes. Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, pelo atendimento aos conteúdos culturais ou por outros critérios.

<sup>8</sup> SASSEN, 2000, p. 120.

<sup>9</sup> MARCELLINO, 2002a, p. 25.

O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito *enfeando* a paisagem urbana. Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante também nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações dos lugares já urbanizados, ditados pelas transformações verificadas nas relações sociais. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que, pela ausência de critérios, geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o habitat, ocorrem a diminuição dos equipamentos coletivos e o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, o favorecimento de pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores.

É relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos, causados pelo processo de urbanização crescente, para a estrutura de nossas cidades. A ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas muito sérios, que afetam a qualidade de vida e o lazer das populações, contribuindo com a violência e a falta de segurança, inclusive. Fala-se muito, hoje em dia, em entretenimento. Pelo nosso entendimento de lazer, o entretenimento deveria ser um dos componentes do lazer, ligado basicamente aos valores de divertimento. Mas o que se percebe é uma clara alusão ao entretenimento como *lazer mercadoria*. Não se trata de atividades populares ligadas à alma da população, mas *popularescas*, no sentido de nivelamento *por baixo*, com o único objetivo de *desviar a atenção de*, e esse *de*, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração significando alheamento, e não *atração por um outro mundo*. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano.

Um dos fatores mais importantes, ainda que não único, para o crescimento do *lazer mercadoria*,

em detrimento do lazer de criação e participação culturais, é a falta de espaços vazios urbanizados. A começar da infância, uma vez que, para o desenvolvimento de uma cultura da criança, a disponibilidade de espaço é fundamental. Florestan Fernandes já destacava a importância da *cultura infantil*, “constituída de elementos culturais quase exclusivos (...) e caracterizada por sua natureza lúdica, distinguindo nela uma educação da criança, entre as crianças e pelas crianças”.<sup>10</sup> A carência de espaços, aliada a outros fatores, vem contribuindo para a substituição quase maciça da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança, que, por melhor que seja, não tem condições de substituí-la.<sup>11</sup> Isso é destacado por vários autores,<sup>12</sup> que observam a substituição do real pelo simbólico.

Walter Benjamin já alertava para os *perigos* da produção cultural para a criança. Na sua análise do teatro infantil proletário, considera positivas tanto a produção quanto a fruição da atividade cultural, desde que feitas por crianças e voltadas para elas mesmas: “Esse teatro infantil é ao mesmo tempo para o espectador infantil, o único proveitoso. Quando adultos representam para crianças, irrompem patéticas”.<sup>13</sup> As conseqüências desse processo são bastante conhecidas: a mais negativa delas provavelmente seja a diminuição das ocasiões de reunião das crianças, isto é, das brincadeiras coletivas, tão importantes no aprendizado da vida em grupo e no desenvolvimento do sentimento comunitário.

#### EQUIPAMENTOS NÃO ESPECÍFICOS E ESPECÍFICOS

Em se tratando de equipamentos não específicos de lazer, as escolas contam com grandes possibilidades, em termos de espaço, nos vários campos de interesse: quadras, pátios, auditórios, salas etc. Devem-se considerar ainda seus períodos de ociosidade, em férias e fins de semana, e a existência, que pelo menos deveria ocorrer, de vínculos com a comunidade próxima. No entanto, a tão propalada abertura comunitária desses equipamentos não vem se verificando, talvez pelo

<sup>10</sup> FERNANDES, 1979, p. 81.

<sup>11</sup> MARCELLINO, 2005.

<sup>12</sup> Cf. PERROTI, 1982.

<sup>13</sup> BENJAMIN, 1984, p. 88.

temor dos riscos de depredação. Embora algumas iniciativas estejam acontecendo, com o desenvolvimento de atividades de lazer em escolas, é oportuno e necessário questionar suas metodologias de abordagem. Mas, mesmo assim, em trabalhos comunitários, ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, uma ação bem realizada nesse sentido só contribui para aumentar o respeito das pessoas pelo equipamento, pois à medida que o utilizam, elas vão desenvolvendo sentimentos positivos, passando a colaborar na sua conservação. Isso fica muito claro quando, por exemplo, Guimarães<sup>14</sup> analisa a depredação escolar por dentro do equipamento, concluindo que a violência está ligada a vigilância e punição escolares, ao passo que a violência externa ao equipamento, ainda segundo essa autora, está associada à exclusão do próprio sistema escolar.

A proposta da pedagogia da animação<sup>15</sup> leva em conta a escola como equipamento e organização de educadores, funcionando como *centro de cultura popular*, e analisa, entre seus vários componentes, a sua tarefa educativa em termos de espaço, ultrapassando os limites dos muros dos prédios escolares, estendendo-se a outros equipamentos da comunidade próxima, procurando des-sacralizá-los. As conseqüências das questões políticas e econômicas envolvendo o espaço acabam fazendo com que um equipamento não específico de lazer – o lar – venha se tornando, já há algum tempo, o principal lugar para tal atividade, situação minimizada com o advento do automóvel, que *expulsou* as famílias de suas casas. Mas agravada agora, porque o lar passa a ser cada vez mais, por circunstâncias diversas, também um local de trabalho, tanto da classe dominante – o uso de micros e outros dispositivos eletrônicos sofisticados *empurram* as pessoas para dentro dele – quanto na classe dominada, devido à necessidade crescente de pequenos negócios de economia informal, em decorrência da crise do desemprego estrutural.

Saímos de uma situação histórica, a chamada *sociedade tradicional*, em que o brincar e o trabalhar

conviviam com o ambiente familiar no espaço da casa e seu entorno. Por uma série de razões, na sociedade *contemporânea* a casa volta a ser, novamente, e cada vez mais, um lugar de morar, trabalhar e brincar. Quais as conseqüências dessa realidade? Como nos preparar para enfrentá-la ou conviver com ela, na condição de profissionais do lazer? Como equilibrar o lazer *em família* com o lazer *da família*? O lar, como espaço para brincar, morar e trabalhar será o local de aproximação forçada ou possibilidade de afirmação das individualidades?

Mesmo os bares vêm perdendo sua característica de pontos de encontro, embora algumas iniciativas ocorram no sentido de transformá-los em local alternativo para atividades como exposições, lançamentos de livros, música ao vivo etc. Essas iniciativas quase sempre se restringem aos chamados *barzinhos*. Os tradicionais *botequins* são substituídos pelas lanchonetes e *fast-food*, em que o consumo é rápido e a convivência, desestimulada. As ruas e a maioria das praças das grandes cidades são concebidas, quase sempre, unicamente como locais de acesso e passagem.

Com o crescimento desordenado das cidades, agrava-se o isolamento de seus habitantes e a passividade deles diante das decisões que afetam diretamente a sua vida diária. É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades. Nas grandes cidades atuais sobra pouca, ou quase nenhuma, oportunidade espacial para a convivência. O vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos. Os equipamentos urbanos para o lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os encara como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são os critérios levados em conta para a construção e a manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer.

Sintomas desse mau arranjo da vida urbana são encontrados no cotidiano das pessoas em geral e, mais particularmente, nas fugas grandiosas, que se repetem em todas as ocasiões nas quais a

<sup>14</sup> GUIMARÃES, 1985 e 1990.

<sup>15</sup> MARCELLINO, 2004 e 2005.

população tem oportunidades para tal. Os condomínios verticais e horizontais buscam a ilusão da saída individual para o “lar, doce lar”, construindo suas moradas como *cantinho de sonho, refúgio do guerreiro*, mas possuem em suas construções guaritas medievais e fossos, com pontes elevadiças, separando as casas. O lazer é individualizado, com profusão de piscinas e parabólicas, e bancos individuais nos jardins, distando, em alguns casos, pelo menos dez metros uns dos outros.

O lazer, visto como manifestação humana, com suas especificidades, mas entendido no conjunto delas, sofre as mesmas influências que qualquer área do social. Encará-lo como um *oásis* de tranqüilidade é assumir uma visão contraditoriamente mercantilista – lazer, mercadoria a ser consumida – funcionando como válvula de escape. Pelo contrário, a violência e a falta de segurança são apontadas como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias residências, aumentando o já elevadíssimo número de indivíduos que têm na casa o seu principal *equipamento* de lazer.

A urbanista e presidente do Instituto Polis,<sup>16</sup> Raquel Rolnik, ao abordar a impossibilidade de uma noção única de qualidade de vida numa metrópole, chama a atenção notadamente para o uso do espaço com uma concepção limitada, sustentada em valores comerciais de equipamentos incorporados com finalidades exclusivas, como oferecimento de academias de ginásticas, proximidade a grandes empreendimentos etc. Adverte também especialmente os profissionais de arquitetura e urbanismo para não se restringirem à “noção mesquinha de qualidade de vida, superando a noção privatista de espaço e cidade, retomando os ideais que informam a própria constituição do exercício profissional”.<sup>17</sup>

Lia Diskin, co-fundadora da Associação Palas Athena, por sua vez, ao abordar a riqueza a ser avaliada no mundo social, diz que ela “fica evidenciada pela pluralidade cultural que consegue legitimar-se na convivência”, chamando atentando para o fato de que “hoje, a qualidade de vida individual e coletiva está condicionada às oportunidades de conhecer

e escolher um repertório de valores, que nem sempre pertence à sociedade na qual está inserido”.<sup>18</sup> Para ela, “a qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende em grande escala da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente), o entorno e o planeta de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir dos bens naturais e culturais a que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo da nossa história”.<sup>19</sup>

Quando se pergunta às pessoas qual a importância do lazer nas suas vidas, a resposta fica entre sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca *ressonância social do lazer*, ainda não visto como um direito social, e também à atual hierarquia de necessidades. Porém, quando se convive diretamente com as pessoas, é possível perceber, claramente, a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas. Além disso, muita gente faz lazer sem saber que está fazendo. Isso porque, via de regra, o que é chamado de lazer é aquilo veiculado pela mídia como tal.

Muito se comenta sobre a péssima qualidade de vida nas grandes metrópoles. A alteração na percepção da importância do lazer na vida das pessoas poderia trazer mudanças, nesse aspecto, sem dúvida. Seria uma mudança de valores, mas que não acontece de per si. É preciso haver condições objetivas. O mundo do lazer também pode ser o mundo da violência. O lazer como esfera de manifestação humana é pleno de possibilidades, inclusive de violência. A grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população. E o que é pior, muitos deles, mantidos pela iniciativa privada, como teatros e cinemas, estão fechando para dar lugar a empreendimentos mais lucrativos. Mesmo aquelas cidades que contam com um razoável número desses equipamentos nem sempre têm o seu uso otimizado, pela falta de conhecimento do grande público, além da divulgação insuficiente entre os próprios moradores.

Iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio. Mas o poder público não

<sup>16</sup> ROLNIK, 2000a.

<sup>17</sup> Ibid., p. 34.

<sup>18</sup> DISKIN, 2000, p. 35.

<sup>19</sup> Ibid., p. 36.

pode ficar ausente. O urbanismo moderno atribuiu às cidades quatro funções: lazer, moradia, trabalho e circulação. Dessas, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a quarta função.<sup>20</sup> As classes sociais média e alta atribuem à cidade o papel exclusivo de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados. Porém, para as classes mais pobres, a cidade continua com as quatro atribuições tradicionais. No entanto, como os investimentos em equipamentos de lazer são feitos, na grande maioria, pela iniciativa privada, o espaço público passa a dispor de equipamentos de péssima qualidade – já que o poder público vem sendo negligente nessa questão. Ademais, há uma crescente privatização dos espaços de convivência social em favor das classes mais favorecidas: o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer, pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas, pelos shopping centers.<sup>21</sup>

O espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. E para que as cidades deixem de possuir somente a função de circulação, é necessário

implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável.<sup>22</sup>

Um dos canais possíveis para isso são as políticas setoriais de lazer, devidamente conectadas com as demais áreas socioculturais. A manutenção e animação de equipamentos de lazer e esporte podem ser ferramentas indispensáveis na re-significação do espaço urbano. Nas grandes cidades, as pessoas buscam por áreas abertas (praças, parques etc.), pois sentem a necessidade de estar em

contato com o meio ambiente. “Eis porque alguns grandes parques, espalhados pela cidade, tornam-se pólos centralizadores de verdadeiras multidões.”<sup>23</sup> A existência de parques nas cidades torna-se, nesse sentido, de extrema importância para o lazer da população. Porém, muitas vezes falta espaço para a construção desses lugares. “O processo desordenado de constituição das cidades brasileiras não garantiu espaço para uma ocupação planejada do solo urbano. A consequência desse problema aparece na forma de disfunções urbanas.”<sup>24</sup>

Essa falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não ter opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico, conforme já destacamos anteriormente. Mas esse processo não é só o resultado da falta de locais para o lazer. A violência das cidades também contribui com isso. “Assim, a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como lócus da sociabilidade. Da mesma forma como desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, tende a desaparecer também o mundo vivido.”<sup>25</sup>

#### **A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS DE LAZER**

Para lutar contra essa individualização do lazer, é preciso que, cada vez mais, o poder público crie políticas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos. Ao invés disso, cresce o lazer doméstico, amparado nas possibilidades individuais eletrônicas, o que contribui para a busca somente do lazer entretenimento, deixando de lado o lazer convivência social.<sup>26</sup> Conforme já foi colocado, a iniciativa privada vem criando novos espaços de lazer no ambiente urbano. Mas num país periférico como o Brasil, a grande maioria da população não possui condições financeiras de desfrutar de espaços de lazer pagos. Dessa maneira, o poder público, por meio de políticas de

<sup>20</sup> ROLNIK, 2000b.

<sup>21</sup> BONALUME, 2002.

<sup>22</sup> ROLNIK, 2000b, p. 184.

<sup>23</sup> SANTINI, 1993, p. 44.

<sup>24</sup> SANTOS & MIOTTO, 2003.

<sup>25</sup> RODRIGUES, 2002, p. 154.

<sup>26</sup> Ibid.

lazer, deve criar novos equipamentos e espaços e revitalizar os antigos. Com isso, a população em geral poderá ter maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer, tendo-se garantido, assim, o seu direito constitucional.<sup>27</sup>

O governo não pode ficar refém da política globalizante, que o coloca no ínfimo papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo globalizado. É necessário romper com os modelos existentes de ocupação espacial das áreas urbana e rural, enfrentando as dificuldades e resistências inerentes ao processo, para que as pessoas possam ser inseridas em um espaço harmônico. As políticas de ocupação do solo devem democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação de pessoas, favorecer o convívio, a integração, o encontro.<sup>28</sup>

Além da luta para a obtenção de novos espaços, deve-se cuidar da conservação dos já existentes. Muitas vezes, a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na sua recuperação e revitalização, destinando-lhes a sua função original ou, com as devidas adaptações, outras finalidades. Algumas iniciativas vêm sendo tomadas nesse sentido, mas muito mais pode ser feito e, em geral, com recursos bastante menores do que os necessários a novas construções. Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes e sua proliferação é uma necessidade a ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos já existentes, bem como sua divulgação, *des-sacralização*, e o incentivo à utilização, mediante políticas específicas e a preservação do patrimônio ambiental urbano.<sup>29</sup>

Mesmo quando superados todos os entraves à participação da população em atividades realizadas nos equipamentos específicos e, particu-

larmente, naqueles dirigidos às áreas de interesses intelectuais e artísticos – bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros etc. –, ela freqüentemente é dificultada e inibida pelo ar de santuário de que se revestem as construções e por sua sistemática de utilização, sobretudo quando essas são mantidas pelo poder público. Talvez por nossa falta de tradição, fruto de uma história ainda recente, marcada por longo período de colonialismo, e, ultimamente, do consumismo das obras da indústria cultural que, em última análise, também representa uma forma de colonialismo, a necessidade de preservação de bens culturais, até há bem pouco tempo, atingia um pequeno número de especialistas e cultores, os quais, não raro, adotavam atitudes que, aos olhos da maioria, assumiam características de esnobismo.

Outros fatores contribuíram bastante significativamente: a não conscientização da necessidade de se preservar bens culturais e a crença na impossibilidade de conciliar *tradição* e *progresso*, bem como a própria falta de idéia do que seriam esses dois conceitos. Até recentemente era difundida uma falsa noção de memória cultural, de sentido muito restrito e embebida na ideologia dominante, ligada ao conceito clássico de patrimônio histórico e artístico, definido no decreto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em seu artigo 1.º, o decreto-lei n. 25 define como patrimônio artístico nacional “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico”.<sup>30</sup>

Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas à preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência desse conceito de patrimônio histórico e artístico, com a idéia de excepcionalidade dando lugar ao de representatividade dos elementos a serem preservados. Nesse sentido, evoluiu-se para a noção de *patrimônio ambiental urbano*, constituído por espaços que inclusive transcendem a obra isolada e caracte-

<sup>27</sup> Na Constituição de 1988 o lazer consta do título II, cap. II, art. 6, como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas é tratado, quando à formulação de ações, no título VIII, capítulo III, seção II, Do Desporto, no art. 217, n.º 3. e último § do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer – como forma de promoção social”.

<sup>28</sup> BONALUME, 2002, p. 198.

<sup>29</sup> MARCELLINO, 2002a.

<sup>30</sup> BRASIL, Decreto-Lei n.º 25, de 30/nov/37, art.1.



rizam as cidades pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo. Congressos e seminários ocorridos há pouco vêm ampliando ainda mais essa concepção, incluindo usos e costumes. Para nós, importa destacar que, enquanto a primeira idéia apoiava-se em atributos como singularidade e monumentalidade, a mais recente reconhece até mesmo os elementos afetivos como critérios à preservação. Dessa perspectiva, a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado a preservação, valorização e revitalização urbanas.

O lazer pode contribuir, de maneira prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que entendido da óptica colocada anteriormente, e não como mero item da indústria cultural. Cumpre importante papel, também, na revitalização dos espaços e equipamentos. Assim, é muito importante a consideração dos patrimônios artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, que fazem parte da memória das cidades, como elementos de enriquecimento da paisagem urbana. Esse *patrimônio ambiental urbano*, preservado e revitalizado, pode e deve se constituir em novos equipamentos específicos de lazer. Além disso, colabora significativamente para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Outro aspecto, não menos importante, é que, ao preservar a identidade dos locais, é possível manter e até mesmo aumentar o potencial turístico de nossas cidades.

Se os equipamentos específicos de lazer são indispensáveis, a adaptação e a utilização daqueles não específicos subtilizados revelam-se mais prementes ainda. Nesse sentido, vale lembrar: 1. a necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional que considere, entre outros aspectos, o espaço para o lazer – o que não é fácil num país como o nosso, com alto déficit habitacional –, alternativas criativas às áreas coletivas; 2. a consideração sobre a importância de aproveitar equipamentos não específicos para o lazer, por meio de uma política de animação; 3. a preservação

de espaços urbanizados *vazios*.<sup>31</sup> Por outro lado, a observação da utilização dos equipamentos de lazer nos leva a constatar inúmeros casos de *adaptações* ou de *novos usos* pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados. Isso exigiria uma postura diferenciada dos animadores, ou uma nova forma de planejamento de equipamentos mais participativa, de acordo com as aspirações populares, diga-se de passagem, em consonância com o próprio conceito de lazer.

Toda essa questão do acesso a tais equipamentos e espaços deve ser vista não somente no âmbito municipal, com a formação das chamadas regiões metropolitanas em muitas áreas do País. “O termo ‘megalópole’ é usado principalmente para designar um fenômeno preponderante contemporâneo. Baseia-se na superposição e interpenetração de áreas metropolitanas anteriormente distintas, formando um setor urbanizado contínuo. Onde havia cidades menores, forma-se uma área urbanizada maior, na qual os centros metropolitanos são as unidades básicas.”<sup>32</sup> Diante desse novo quadro urbano que se desenha no Brasil, com a concentração das populações em regiões metropolitanas, e tendo em vista que o lazer se configurou, historicamente, como uma problemática essencialmente urbana,<sup>33</sup> é imperioso trabalhar políticas públicas na perspectiva dessas regiões-consórcios. É impossível restringir-se aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos trazidos por políticas de lazer a regiões inteiras.<sup>34</sup>

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais<sup>35</sup> aponta que, em quase metade da Região Metropolitana de Campinas (r mc), não há espaços culturais e de lazer construídos, embora o perfil apresentado por ela esteja acima da média brasileira em oferta de serviços de lazer e cultura. Ainda assim, as cidades periféricas da r mc conseguem ter algum serviço de qualidade em lazer, quando eles são da natureza, como lagos e cachoeiras, mas mesmo aqueles mais democráticos, por exemplo,

<sup>31</sup> MARCELLINO, 2002a.

<sup>32</sup> SANTINI, 1993, p. 41.

<sup>33</sup> REQUIXA, 1977.

<sup>34</sup> MARCELLINO, 2001.

<sup>35</sup> IBGE, 2001.

os parques, também são muito pobres. Dos municípios que integram a rmc, apenas um não possui clube ou associação recreativa e somente dois não contam com estádio ou ginásio poliesportivo; porém, a pesquisa constata alta concentração desses serviços na cidade sede.

Segundo Rinaldo Bárcia Fonseca, coordenador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esses dados refletem o perfil tradicional das regiões metropolitanas, caracterizadas por centro e periferia, com oferta de serviços de qualidade no centro.<sup>36</sup> Partimos, então, do seguinte pressuposto: o que ocorria antes, com a concentração dos equipamentos de lazer no centro das cidades e, com o decorrer do processo de urbanização e especulação imobiliária, deslocou-se para outras áreas urbanizadas, dá-se atualmente no centro de regiões metropolitanas em relação às cidades periféricas, dificultando o acesso da população. Mesmo para os municípios sede das regiões metropolitanas, onde há mais facilidade de acesso aos equipamentos, deve-se verificar o grau de *sacralização* de que muitas vezes eles são revestidos como fator inibidor do seu efetivo uso democrático por parte da população.

Em pesquisa realizada em Campinas/sp,<sup>37</sup> pudemos constatar os seguintes itens:

- a moradia e seus prolongamentos são os principais espaços de lazer, mesmo enfatizando a observação dos interesses físico-esportivos, ou ditos de modo mais abrangente, das práticas corporais de lazer;
- embora os interesses físico-esportivos sejam preponderantes, combinam-se a outros ou convivem com outros interesses no lazer;
- a defasagem entre o querer e o fazer nem sempre é consciente e, quando isso ocorre, as razões são variadas, porém ligadas a barreiras socioeconômicas, que se verificam interclasses, mas também intraclasses sociais, englobando aspectos como faixa etária, gênero, estereótipos, tempo, espaço, violência urbana e dificuldades de acesso à informação;

- a ausência de uma política pública de lazer e, nela, de uma política de animação sociocultural contribui para a defasagem entre o querer e o fazer para a prática, o consumo (assistência) e a informação em níveis conformistas, dificultando a passagem a níveis críticos e criativos;
- há disponibilidade de espaço à prática dos interesses físico-esportivos, porém, ele vem cada vez mais sendo ocupado para outras finalidades, sem que a população seja consultada;
- o espaço é ocupado, pela população local e vizinha, por faixas etárias diferenciadas no decorrer do dia e durante a semana e os fins de semana: pela manhã, idosos e donas de casa; à tarde, crianças; à noite, jovens; e aos finais de semana, preponderantemente crianças e jovens;
- nesses espaços são improvisados, pela própria população, equipamentos específicos, às vezes muito próximos de equipamentos públicos municipais, o que evidencia a necessidade de uma política de animação sociocultural para esses últimos, que a população não tem reconhecido como seus.

Apesar de criar seus espaços de lazer, os moradores dos locais investigados gostariam de ter mais equipamentos de lazer, em sua comunidade; porém, não desenvolvem, ou o fazem muito pouco, ações conjuntas reivindicatórias nesse sentido junto ao poder público. As medidas de construção levadas a efeito pela própria comunidade são poucas e prendem-se, quase exclusivamente, a equipamentos permanentes, ligados ao futebol, e aos móveis, associados a brincadeiras infantis.<sup>38</sup> Portanto, é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural. Tornam-se, assim, essenciais as relações estabelecidas entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de lazer, verificando-se o comportamento de praticantes e espectadores, o uso de equipamentos específicos e não específicos, as modificações ou adaptações e as expectativas de atuação profissional.

<sup>36</sup> COSTA, 2002.

<sup>37</sup> MARCELLINO, 2002 b.

<sup>38</sup> Ibid.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se atentar para políticas públicas com o lazer, sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não o *lazer-mercadoria*. Cada vez mais precisamos do lazer que leve à convivencialidade, por paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência significam, do nosso ponto de vista, minimizar os riscos da exacerbação dos próprios componentes do jogo: *agon*, a competição, que não leve à violência; *ilinx*, a vertigem, que não conduza ao risco não calculado de vida; *mimicry*, a imitação, que não promova o fazer de conta imobilizante da pior fantasia; *alea*, sorte/azar, que não provoque alheamento.<sup>39</sup>

O espaço para o lazer é fundamental, quando se pensa em vincular essa esfera da vida humana com a convivencialidade ou a qualidade de vida. O lazer e a segurança precisam ser tratados não como simples esforço de entretenimento, capaz de camuflar uma situação de violência. De violências, melhor dizendo. Porque somos violentados de várias formas no cotidiano, e não apenas num assalto, num seqüestro ou num assassinato. A busca da convivencialidade e da felicidade não carece de justificativas. Quem sabe assim não mais serão necessárias grades em nossas casas, parques e jardins.

Analisando a manipulação do uso do espaço como componente de aprofundamento das diferenças de classe, agravado com o advento da sociedade mundial, que o tornou comum à humanidade global, mas de efetiva utilização somente aos que dispõem de capital particular, conclui-se que

a própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a enxada na aurora dos tempos sociais [...]. Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade

física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.<sup>40</sup>

Por isso tudo, falar numa *política de lazer* significa referir-se não só a uma política de atividades, que, na maioria das vezes, acabam constituindo eventos isolados, e tampouco em política de animação como processo. Significa falar em redução de jornada de trabalho sem diminuição de salários, portanto, numa política de reordenação do tempo, de transporte urbano etc.. Significa, também, incluir uma política de formação e desenvolvimento de quadros, pois ela depende de uma estrutura de animação formada por animadores profissionais de competência geral, específica e voluntários. E, finalmente, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, a moradia e o seu entorno, mas não restrita a ela.

Quando a questão dos espaços e equipamentos de lazer é vista na esfera da mancha urbana metropolitana, além dos limites dos municípios, fica claro que os problemas ganham outra dimensão, com os equipamentos utilizados pela população da região metropolitana e de difícil manutenção apenas pelo município sede. Uma das alternativas a essa situação são os consórcios entre os municípios. Além disso, a paisagem da região metropolitana é comum a todos os seus habitantes, e percorrida cotidianamente – já que moram em cidades diferentes daquelas nas quais estudam ou trabalham –, podendo manter-se monótona ou tornar-se um estímulo agradável de contemplação. Assim, as soluções de lazer também terão de partir de um ponto de vista metropolitano.

<sup>39</sup> Componentes do jogo analisados por CAILLOIS, 1990.

<sup>40</sup> SANTOS, 1982, p. 21-22.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M.I. de A. & TRACY, K. de A. *Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

- BONALUME, C.R. "O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida". In: MULLER, A. & DACOSTA, L.P. (orgs.). *Lazer e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BRASIL, Decreto-Lei n.º 25, de 30/nov./37, art.1.
- CAILLOIS, R. *Os Jogos e os Homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- COSTA, M.T. "Quase metade da RMC é carente de espaços culturais". 2002. <[http://www.cosmo.com.br/diversaoarte/2002/12/21/materia\\_div\\_4/131.shtm](http://www.cosmo.com.br/diversaoarte/2002/12/21/materia_div_4/131.shtm)>. Acesso: 21/dez./02.
- DISKIN, L. "Qualidade de vida é possível?" *Revista E*. São Paulo: SESC, p. 34-39, out./00.
- FERNANDES, F. *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- GUIMARÃES, Á.M. *A Dinâmica da Violência Escolar*. Campinas: Autores Associados, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Vigilância, Punição e Depredação Escolar*. Campinas: Papirus, 1985.
- IBGE. "Pesquisa de informações básicas municipais, 2001". <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso: 10/dez./05.
- MACEDO, C.C. "Sobre cultura". In: VALLE, E. & QUEIROZ, J. (orgs.). *A Cultura do Povo*. São Paulo: EDUC, 1982.
- MARCELLINO, N.C. *Pedagogia da Animação*. 7.ª ed. Campinas: Papirus, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Lazer e Educação*. 11.ª ed. Campinas: Papirus, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3.ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002a.
- \_\_\_\_\_. "Eu corpo – o que gosto, o que o posso, o que faço". In: MOREIRA, W.W. & SIMÕES, R. (orgs.). *O Esporte como Fator de Qualidade de Vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002b.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Esporte e Lazer: políticas públicas*. 2.ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- PADILHA, V. "Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado". 2003. 317f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PERROTTI, E. "A criança e a produção cultural". In: ZILBERMAN, R. (org.). *A Produção Cultural para a Criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- REQUIXA, R. *Sugestões de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RODRIGUES, A.B. "Lazer e espaço na cidade pós-industrial". *Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.
- ROLNIK, R. "Qualidade de vida é possível?" *Revista E*, São Paulo: SESC, p. 34 a 39, out./00a.
- \_\_\_\_\_. "O lazer humaniza o espaço urbano". In: *Lazer numa Sociedade Globalizada. Leisure in a Globalized Society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000b.
- SANTINI, R. de C.G. *Dimensões do Lazer e da Recreação*. São Paulo: Angelotti, 1993.
- SANTOS, E.S. dos & MIOTTO, F. "Parques públicos e área esportiva útil". In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, 2003, Santo André. *Anais...* Santo André: [s/n], 2003. 1 CD-Rom.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SASSEN, S. "A cidade e a indústria global do entretenimento". In: *Lazer numa Sociedade Globalizada. Leisure in a Globalized Society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

#### Dados dos autores

NELSON CARVALHO MARCELLINO  
Doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e livre-docente em estudos do lazer-educação física pela Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL) da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

FELIPE SOLIGO BARBOSA  
Mestrando em educação física –  
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

STÉPHANIE HELENA MARIANO  
Mestranda em educação física –  
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Recebimento: 9/mar./06

Aprovado: 22/jun./06